



## SISTEMAS MUNICIPAIS DE ENSINO E O INSTITUTO AYRTON SENNA NA AMAZÔNIA PARAENSE<sup>1</sup>

Setembro/2013

Eixo temático: Políticas Públicas e Reformas Educacionais e Curriculares

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

MILÉO, Irlanda do Socorro de Oliveira

[irlanda@ufpa.br](mailto:irlanda@ufpa.br)

Doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Educação: Currículo – PUC/SP - CNPq

CHIZZOTTI, Antonio (Orientador)

Comunicação Oral. Texto completo.

### RESUMO

Esta tese teve como objeto de estudo a parceria entre Instituto Ayrton Senna e as Prefeituras Municipais de Altamira e Santarém, e buscou desvelar se o Programa Rede Vencer proposto pelo IAS tem contribuído de fato ao que se propõe: melhorar a qualidade da educação nesses Municípios, no período de 2007 a 2011. As investigações fundamentaram-se em literatura especializada sobre o terceiro setor, políticas curriculares e qualidade da educação por meio dos seguintes autores: Adrião de Peroni (2011,2007); Paoli (2005); Bresser Pereira (1999); Chizzotti (2012); Dourado e Oliveira (2009), entre outros. Adotou-se a pesquisa qualitativa, e teve como base os indicadores de fluxo e desempenho e as transferências de recursos federais, e os depoimentos, por meio de entrevistas com equipe gestora, e a técnica do Grupo Focal com professores e pais e/ou responsáveis de escolas das redes de ensino municipais. O estudo evidenciou melhoria nas taxas de rendimento e nos indicadores de desempenho nas duas redes de ensino investigadas, porém ainda permanecem os problemas referentes à reprovação e a distorção idade-série, principalmente nas escolas do campo. Argumentamos que essas melhorias não podem ser creditadas somente às ações gerenciais desenvolvidas pelo Instituto, mas resulta também de investimentos de recursos públicos e da ação do governo federal, que foram responsáveis em grande parte, pela materialização e manutenção das ações estratégicas que promovessem a qualidade da educação.

**Palavras- chave:** Instituto Ayrton Senna. Educação-qualidade. Currículo – políticas.

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no VIII Encontro de Pesquisadores em Educação: Currículo da PUC-SP, na modalidade (Comunicação Oral).



## INTRODUÇÃO

O avanço e o fortalecimento de organizações do Terceiro Setor na área da educação pública no cenário brasileiro, de modo particular, suas interferências no campo da gestão e do currículo escolar, as diferentes organizações do TS passaram a ocupar lugar estratégico no tratamento da questão social. Conquista que se materializou mediante as alterações do papel do Estado no provimento das políticas sociais e pelas modificações nas relações entre Estado, sociedade civil e mercado, legitimadas pela Reforma do Aparelho do Estado Brasileiro, a qual teve início a partir de 1995.

O Terceiro Setor passa a ser definido como instrumento decisivo na implantação do novo modelo de Estado brasileiro e parceiro na execução e formulação de políticas públicas. Sua acepção abrange tanto a promessa como portador de uma nova tendência – a de renovação do espaço público, do resgate da solidariedade e da cidadania –, por meio de ações pautadas no voluntariado e na filantropia, com vieses do discurso empresarial; como todas as organizações sociais cujas atividades não sejam nem coercitivas nem voltadas para o lucro (cf. MONTAÑO, 2007; PAOLI, 2005), como é o caso Instituto Ayrton Senna (IAS), organização não governamental sem fins lucrativos, fundada em novembro de 1994, cujo nome homenageia o piloto brasileiro de automobilismo. Criado por sua família, o Instituto é presidido Viviane Senna e tem como meta principal o oferecimento de oportunidades de desenvolvimento humano a crianças e jovens brasileiros, em cooperação com empresas, governos, prefeituras, escolas, universidades e ONGs<sup>2</sup>.

Com base nessa temática, este estudo procurou discutir se o Programa Rede Vencer proposto pelo IAS tem contribuído de fato ao que se propõe: melhorar a qualidade da educação nesses Municípios. Teve como objetivo geral analisar os efeitos dos desdobramentos do Programa Rede Vencer desenvolvido nos municípios de Altamira e Santarém e suas possíveis implicações na melhoria da qualidade da educação municipal, tendo como base o período de 2007 a 2011.

O texto inicialmente descreve a organização do Instituto Ayrton Senna e de seus programas educativos, analisando suas dimensões gerencial e curricular. Em seguida,

---

<sup>2</sup> Disponível em <http://senna.globo.com/institutoayrtonsenna>. Acesso em: 18/09/2011



apresentamos os contextos educacionais de Altamira e Santarém, discutindo suas taxas de rendimento e desempenho, bem como os dados financeiros sobre alguns programas federais existentes nas municipalidades, relacionando-o a contribuições dos mesmos na possível melhoria da qualidade da educação a partir da percepção dos entrevistados.

## **1. O INSTITUTO AYRTON SENNA E SUA PROPOSTA DE PARCERIA NA EDUCAÇÃO PÚBLICA**

As atividades do IAS centraram-se inicialmente em ações desenvolvidas em conjunto com setores sociais a partir de financiamentos a projetos de caráter social, com foco nas demandas das áreas de saúde, educação, esportes dentre outras atividades. A partir de 1996, o Instituto passou a atuar com prioridade no campo educacional, como aponta Adrião e Peroni (2011), com a finalidade de minimizar o problema da distorção série-idade das redes públicas de ensino, por meio de um programa de aceleração da aprendizagem denominado Programa Acelera Brasil, na perspectiva de aplicá-la em larga escala.

Durante quatro anos, o Programa Acelera foi prioridade nas ações do IAS. Em 2001, foi criado o Programa Se Liga, com foco na alfabetização, e o Programa Escola Campeã (PEC), responsável pela implantação de mecanismos de reestruturação na gestão educacional e escolar, com objetivo de aprimorar os procedimentos e ações efetivas na melhoria do desempenho dos alunos e da eficiência e eficácia da gestão do ensino fundamental público, por meio da elaboração de um plano anual de trabalho com direcionamentos gerenciais, referentes à distorção idade/série e monitoramento e acompanhamento dos resultados de desempenhos dos alunos (MILÉO, 2007). Em relação ao registro e a análise sistemática dos dados educacionais dos municípios parceiros, estes são realizados por meio do Sistema Instituto Ayrton Senna de Informação (SIASI), o qual gera os relatórios de acompanhamento e de desempenho da educação municipal como um todo, e de intervenção, quando necessário. O município paga uma taxa para colocar os dados neste sistema. (ADRIÃO;PERONI, 2011).

No ano de 2005, o IAS reestruturou o PEC, que foi substituído pelo Programa Gestão Nota 10. De acordo Adrião e Peroni (2011) e Santose Gutierrez (2011) essa mudança foi decorrente do rigorismo dos indicadores de eficiência e de gestão, o que dificultava o êxito nos resultados de desempenho dos municípios parceiros do IAS, e por entender que o investimento somente na aceleração de aprendizagem não era suficiente, visto que a gestão



educacional e a permanência de altas taxas de analfabetismo nas redes públicas prescindiam de tecnologias sociais que “combatessem” o problema em seu âmago.

Criou-se assim o Programa Rede Vencer – espaço virtual alimentado por informações, compartilhamento de pesquisa e inovações, transferências e difusão de tecnologias e de soluções educacionais, com objetivo de possibilitar aos municípios parceiros a promoção do padrão de qualidade da aprendizagem dos alunos da rede pública de ensino, articulando conhecimentos de diferentes tecnologias sociais desenvolvidas e implementadas pelo IAS. No *site* do IAS, encontra-se postado sua missão, a qual afirma ser a “*Produção e aplicação em escala de conhecimento e inovação em educação integral de crianças e jovens*”.<sup>3</sup> Suas ações são dirigidas às redes de ensino estaduais e municipais que queiram aderir aos demais programas que integram a Rede Vencer pela via da educação formal, os quais são tratados nesta pesquisa e, atuam com foco na gestão da educação em quatro domínios: aprendizagem, ensino, rotina escolar e política educacional. As tecnologias sociais que compõem a Rede Vencer são:

- **Se Liga** – Solução educacional desenvolvida para combater o analfabetismo de alunos com distorção idade/série nos anos iniciais do Ensino Fundamental, com foco na alfabetização de crianças que não desenvolveram a habilidade da leitura e escrita. O Se Liga, desde seu início, em 2001, acolheu a 510.665 crianças de 802 municípios, e no ano de 2011, atendeu **71.661 crianças e 802 municípios**.
- **Acelera Brasil** – Programa de correção de fluxo elaborado para combater os baixos níveis de aprendizagem na primeira fase do Ensino Fundamental e a distorção idade/série, voltado aos alunos que repetiram duas ou mais vezes. Desde a sua implantação, beneficiou 435.780 crianças, e no ano de 2011, atendeu **63.944 crianças e 727 municípios**.
- **Programa Fórmula da Vitória** – Proposta pedagógica com foco na alfabetização de estudantes matriculados na segunda fase do Ensino Fundamental (faixa etária de onze a catorze anos) é estruturada com material específico de Língua Portuguesa, organizado por meio de gêneros textuais. Suas ações demanda o uso de indicadores e metas: aulas planejadas; frequência de alunos e dos professores aos encontros previstos, desenvolvimento do material. No ano de 2011, atendeu **3.569 crianças em 02 municípios**.

<sup>3</sup> Disponível em <http://senna.globo.com/institutoayrtonsenna>. Acesso em: 18/09/2011.



- **Circuito Campeão** – Programa de gerenciamento da aprendizagem, elaborado com a perspectiva de evitar a ocorrência de alunos não alfabetizados nos anos iniciais do Ensino Fundamental das redes regulares de ensino, os quais estariam sujeitos à reprovação e à distorção idade/série. Em 2011, beneficiou **538.763 crianças em 596 municípios**.
- **Programa Gestão Nota 10** – Elaborado como proposta de soluções e monitoramento para situações problemáticas que afetam o desempenho das redes de ensino. Por meio da “gestão eficaz”, visa à melhoria da qualidade de ensino e a promoção da articulação das condições necessárias para a eficácia dos processos educacionais nas redes públicas de ensino. Por ser um programa de gerenciamento das rotinas nas instituições escolares e Secretarias de Educação, trabalha com um conjunto de mecanismos eficientes e autônomos de gerenciamento pedagógico e administrativo: os indicadores e as metas gerenciais; a capacitação dos profissionais em serviço e os relatórios gerenciais, que proporcionam informações em tempo real sobre quatro aspectos da gestão educacional: aprendizagem, ensino, rotina escolar e política educacional. No ano de 2011, o Programa Gestão Nota 10 contou com **556 municípios parceiros, atendendo 1.154.576 crianças**.

Os indicadores de sucesso propostos por esse programa são os seguintes: Cumprimento de 100% das 800 horas mínimas de aula; 98% de frequência de professores e alunos; 95% de alfabetização ao final da 1ª série (sete anos de idade); 95% de aprovação; Somente 2% de reprovação por falta – abandono e; 95% de fluxo escolar corrigido, no mínimo. Tais indicadores estão dispostos no Instrumento Particular de Parceria, documento elaborado pelo IAS, em que estabelece os termos de responsabilidades entre o IAS e as Prefeituras Municipais.

Esses programas são oferecidos como um pacote educacional às Prefeituras Municipais pela via de contratos e convênios e são estruturados para trabalhar em conjunto com a Secretaria de Educação, oferecendo suporte no acompanhamento na gestão e no controle de desempenho. Programas esses que, no ano de 2010, encontravam-se presente em todas as regiões brasileiras, e atenderam dois milhões de crianças e jovens. No Estado do Pará, o IAS desenvolve parcerias com 26 Prefeituras Municipais <sup>4</sup>, atendendo 68.870 estudantes, sendo que dois municípios paraenses aderiram a todos os seus programas –

---

<sup>4</sup> Os municípios paraenses parceiros do IAS são: Alenquer, Altamira, Augusto Corrêa, Aveiro, Belterra, Benevides, Cachoeira do Arari, Cachoeira do Piriá, Concordia do Pará, Curalinho, Dom Eliseu, Faro, Ipixuna do Pará, Irituia, Itaituba, Monte Alegre, Oeiras do Pará, Piçarra, Portel, Santa Isabel do Pará, Santa Luzia do Pará, Santarém, São Félix do Xingu, Senador José Porfirio, Tailândia e Uruará.



Altamira e Santarém. As demais municipalidades incorporam em suas redes de ensino somente os Programas de Correção de Fluxo: o Se Liga e o Acelera Brasil.

A lógica de gestão que defini e estrutura os programas do Instituto centra-se na gestão gerencial, alicerçada nos princípios e na linguagem do mercado, como foco em metas, indicadores de gestão e controle de resultado e desempenho. Evidencia assim, preocupação com aspectos técnicos e operacionais da ação educacional, legitimando o gerencialismo na gestão da coisa pública e defesa do modelo de gestão do setor privado como o mais eficiente. (MILÉO, 2007; ADRIÃO e PERONI, 2011). Essas matrizes de modelo gerencialista, segundo Cabral Neto (2009), têm suas bases na ideia de modernização da administração pública, cujos princípios de flexibilidade, eficácia, produtividade, estão conformidade com as propostas defendidas por Bresser Pereira (1999), na contramão da defesa da gestão democrática, perspectiva por nós defendida.

Por seu turno, a noção de qualidade da educação do IAS se expressa em forma de resultados de desempenho e, como mecanismo de gerenciamento, busca uma qualidade norteada pela utilização racional de recursos financeiros, humanos e materiais, aliada a medidas de desempenho do sistema e dos níveis de ensino como soluções e metas técnicas capazes de solucionar os impasses da educação pública. Suas diretrizes e princípios de qualidade pautam-se em perspectivas privatizantes de educação, como aponta Gentili (2001), quando se defende a privatização como saída para os problemas da educação, a partir da delegação das atribuições públicas para entidades privadas, por ser este setor que apresenta as melhores condições de eficiência nos serviços oferecidos pela sociedade.

Afirmamos ainda, que a qualidade da educação defendida pelo IAS traz, em si, junção com o paradigma normativo do currículo por competência promovido por agências internacionais, principalmente pela OCDE, quando passa a elencar um conjunto de competências responsáveis pela organizar dos novos objetivos da educação, considerado “a rota para o desenvolvimento dos países e a orientação para a formação das novas gerações integrarem-se, coesivamente, na sociedade do conhecimento e no mundo do trabalho produtivo”. (CHIZZOTTI, 2012, p. 441). Pois, ao imprimir uma suposta qualidade ao ensino para os municípios parceiros, reforça o discurso da ação social e da responsabilidade empresarial como aportes para a inserção de uma cultura de gerenciamento da gestão e da aprendizagem, sustentada pelo enfoque nos resultados e metas, nos indicadores de sucesso e no desenvolvimento humano com indícios economicistas. Suas propostas convergem com o



discurso da eficiência do setor privado na condução dos serviços públicos, que concebe a educação como um campo de oportunidade de negócios, como argumenta Ball (2004, p. 1109), uma vez que “alimenta a competitividade econômica por meio do desenvolvimento de habilidades, capacidades e disposições exigidas pelas novas formas econômicas da alta modernidade”.

Apresentamos a seguir a implantação e os resultados alcançados pelos municípios de Altamira e Santarém mediante a parceria com o IAS nos anos de 2007 a 2011.

## **2. A ESTRUTURA ORGANIZACIONAL E PEDAGÓGICA DE ALTAMIRA E SANTARÉM A PARTIR DA PARCERIA COM O INSTITUTO AYRTON SENNA**

O município de Altamira compõe a Mesorregião do Sudoeste paraense e Microrregião de Altamira e se situa em média, 921 km da capital do estado do Pará – Belém. Com uma extensão territorial de 159.533 km<sup>2</sup>, representa 12,8 % do Estado e uma demografia de 0,62 habitantes/km<sup>2</sup>, se configura como o maior município em dimensão territorial do País, e o segundo maior do mundo. De acordo com o último censo (IBGE, 2010), a população altamirense é de 99.075 habitantes (população rural – 15,12% e a população urbana de 85,88%), e IDH corresponde a 0.737. Sua rede municipal de ensino atende um total de 24.674, distribuídos nos 123 estabelecimentos escolares, sendo 32 na zona urbana e 74 na zona rural, com um total de 878 docentes /SEMED/ATM 2011).

A parceria com o IAS iniciou no ano de 2001, por intermédio do Prefeito Domingos Juvenil (PMDB- 2001-2004), sendo que o primeiro contato entre o Instituto e esse gestor municipal ocorreu em Brasília, quando foi convidado a participar do Seminário de Gestão Municipal e Escolar organizado pelo próprio IAS. Nessa ocasião, foi solicitada documentação necessária para a possível parceria entre o município e o Instituto: a) Carta de Adesão e Compromisso do Programa; b) documento que anuncie anuência do gestor municipal em nomear o Secretário Municipal de Educação e o Gerente do Programa de Gestão segundo o Perfil definido pelo IAS; c) Diagnóstico da Educação no município; e d) Elenco de três ações exequíveis para 2001. Tais prerrogativas foram irrevogavelmente aceitas pelo gestor municipal. (GUTIERRES; SANTOS, 2011).

Diante da aceitação das definições estabelecidas no Termo de Parceria entre o IAS e a PMA, as maiores incumbências ficaram sob competência da Prefeitura, como os encargos



operacionais, principalmente ao aspecto financeiro e de operacionalização, como visitas de acompanhamento, materiais pedagógicos, capacitação dos profissionais responsáveis pelos programas do IAS, capacitação dos docentes, dentre outros. Em 2001 foi implantado o Programa Escola Campeã, criado para ser desenvolvido em 04 anos com a finalidade de auxiliar os Municípios e Estados com acentuados problemas educacionais, foi implantado em Altamira, e passaram a orientar as ações e os procedimentos para melhorar o desempenho dos alunos e a eficiência da gestão educacional e escolar do município. (MILÉO, 2007).

No ano de 2005, no início da gestão da Prefeita Odileida Maria de Souza Sampaio – PSDB (2005-2008), a parceria permaneceu por meio de um novo “Instrumento Particular de Parceria” para o Programa Rede Vencer. Esse Programa passou a ser constituído por três subprogramas: 1) *Correção de Fluxo Escolar* que se divide em dois projetos: *Acelera Brasil* e *Se Liga*, o *Circuito Campeão* e o *Gestão Nota 10* (em substituição ao Programa Escola Campeã). Nesta segunda fase, a SEMED precisou alterar toda sua estrutura organizacional para adequar-se às orientações da parceria. Nesse mesmo período, foi implantado o Sistema Ayrton Senna de Informação – SIASI. Em sua reeleição (2009-2012) houve a permanência desse Programa em Altamira.

Segundo observa Miléo (2007), a partir da implantação do Programa Rede Vencer, muito mais abrangente do que o PEC, a educação municipal passa a ser totalmente normatizada por suas diretrizes e princípios, adotado como “política pública educacional” induzida pelo IAS, transcendendo a configuração anterior, que funcionava como consultoria. A decisão em assumir essa pretensa política educacional gerencialista desenvolvida pelo setor público não estatal, se deu pela confluência de identidade entre os princípios do IAS e de ambos os gestores municipais, na medida em que comungavam com os mesmos postulados quanto ao direcionamento da educação local. Essa parceria permaneceu até o ano de 2012.

Em relação à questão levantada nesta pesquisa, procuramos analisar alguns dados relacionados às taxas de rendimento escolar, por compreender a necessidade de se garantir condições favoráveis ao desenvolvimento da aprendizagem dos alunos, à sua permanência e conclusão, o que concorrerá para a regularização do fluxo e o aumento do nível de escolarização da população.

Em se tratando do número de matrículas iniciais no Ensino Fundamental, percebem-se pequenas variações para menos na evolução das matrículas na rede de ensino. No ano de 2007 registrou-se um total de 18.825 matrículas contra 18.151 matrículas em 2011, ano que houve





uma variação positiva de 1% em relação ao ano anterior. Observando a matrícula de 2007 para os anos subsequentes, percebem-se pequenas variações negativas, principalmente entre os anos de 2008/2009 e 2009/2010 (-2%). Quanto aos dados referentes às taxas de aprovação, estas apontam uma estabilidade ao longo dos últimos cinco anos. No ano de 2007, foram aprovados 16.601 alunos das escolas da cidade e do campo, um percentual de 88,18%; em 2011, a aprovação foi de 16.491 alunos, o equivalente a 90,85%. Entre os anos de 2008-2009, ocorreu uma variação negativa de -3,0% em toda a rede de ensino municipal, e no ano seguinte, um aumento de 2,70%, o qual se deve ao fato de as escolas do campo terem apresentado uma taxa de aprovação de 7%, superior à registrada nas escolas da cidade (-1%). Vale ressaltar que, em relação aos dados apresentados sobre a aprovação, comprovamos que o índice prometido pelo IAS, via o Instrumento Particular de Parceria, que seria o alcançar o percentual de 95% na taxa de aprovação, não foi cumprido em nenhum ano desde sua implantação.

Sobre as taxas de variação observadas no quadro de reprovação de 2007, registrou-se um total de 1.355 alunos retidos (7,20%). No ano de 2009, ocorreu um aumento no número de alunos retidos em relação aos anos anteriores, com variações de 11% nas escolas da cidade e 15% nas situadas no campo, responsável por uma taxa de 8,25% de reprovação/ano, a mais alta no decorrer desses cinco anos. E, embora nos anos posteriores, tenha havido decréscimos nesse índice, em 2011, a taxa de alunos reprovados foi de 5,69%. Considerando esses dados, questionamos a eficiência do IAS quanto à melhoria da qualidade da educação, pois a reprovação aponta para o fato de que os padrões mínimos de qualidade da aprendizagem não foram alcançados por uma parcela de estudantes. Portanto, a persistência dessa taxa de rendimento, indica que os instrumentos gerenciais de gestão da aprendizagem, de acompanhamento e monitoramento da aprendizagem do alunado não têm sido comprovadamente eficientes para detectar as dificuldades que impedem os alunos de aprender, tal como é divulgado pelo Instituto.

Nas taxas de abandono, verificou-se no Ensino Fundamental uma taxa de 4,62% em 2007, com diminuição nos anos posteriores. Porém, em 2011, registrou 3,46%, totalizando uma variação para mais em relação ano anterior, de 17,27%, o que significa que 628 alunos deixaram de frequentar a escola. Nas escolas do campo, essa variação foi de 32%. Contudo, é na taxa de distorção idade/série que se identificam os maiores desafios, por dar visibilidade ao conjunto de demandas educativas não atendidas e que interferem determinadamente no



processo pedagógico, necessitando, portanto, serem analisadas e consideradas no processo de avaliação das escolas de educação básica.

Ao analisarmos a taxa de distorção idade/série, observa-se a persistência de uma taxa em 2007, de 24,20%, e nos anos posteriores apresenta variação de -8,57% (2007/2008), de -11,34% (2008/2009), e de -12,22% (2009/2010), chegando a 18,40% em 2011 com variação de -5,15% em relação ao ano anterior. Embora seja possível verificar ao longo dos últimos cinco anos uma tendência decrescente nessa taxa, comparado ao objetivo prometido pelo IAS em seus indicadores de sucesso (Meta 6) de alcançar 5% na taxa de distorção, em nenhum ano foi verificada a conquista de tal empreendimento. O que se constata, a partir das variações verificadas de ano para ano, que ainda irá demorar algum tempo para que se atinja tal objetivo. Tal esforço exigirá uma revisão da proposta do Programa de Correção de Fluxo (Se Liga e Acelera Brasil) e de seus instrumentos gerenciais, desenvolvidos especificamente para combater a distorção idade/série, uma vez que tem se mostrado pouco eficiente nessa sua finalidade.

Em relação à cidade de Santarém, que está localizado na confluência de dois rios: o Amazonas e o Tapajós, pertence à Mesorregião do Baixo Amazonas, microrregião de Santarém, e é considerado o centro polarizador da Região Oeste do Pará – área que abrange 722.358 km<sup>2</sup> e abriga vinte e cinco Municípios (IBGE, 2010). Com uma área atual de 22.887 km<sup>2</sup>, com uma área urbana de 77 Km<sup>2</sup> e rural de 22.810 km<sup>2</sup>, Santarém possui 294.774 habitantes (215.947 habitantes na área urbana, um percentual de 73,26%, e 78.827 habitantes na área rural, totalizando 26,74%) (IBGE, 2010), com densidade demográfica de 12,87 hab/km<sup>2</sup> e um IDH de 0,748 (2000). Sua rede de ensino responde por 454 escolas distribuídas na cidade, planalto e rios. Possui um total de 2.420 docentes e 61.779 discentes. (SEMED/STM, 2011).

A inserção do IAS no contexto educativo de Santarém inicia-se no ano de 1997, quando a Prefeitura Municipal decide implantar o Programa Acelera Brasil, criado pelo governo federal em parceria com o Instituto, devido a existência de um quadro desolador, com altas taxas de evasão e repetências, de acordo com dados estatísticos fornecidos pela SEMED. Segundo Colares (2005), a entrada do IAS e do Programa Acelera Brasil na rede municipal de ensino teve por objetivo combater a distorção idade/série em função de este município ter sido escolhido pelo próprio Instituto, a partir da indicação de várias entidades e de observações das propostas de campanha eleitoral para prefeitos em várias regiões do



Brasil. A Proposta do Programa Aceleração da Aprendizagem foi assinada pelo Prefeito de Santarém, Joaquim de Lira Maia (1997-2000), o qual permaneceu no município durante todo o seu mandato, sendo que todos os encargos com a equipe local do Programa (professores, supervisores e a coordenação) ficaram sob a responsabilidade da Prefeitura, enquanto o Instituto respondia pelas despesas relacionadas à capacitação da equipe, material didático do aluno e do professor, assessoria técnica e avaliação externa dos resultados do Programa. No primeiro ano, participaram desse programa dez escolas urbanas e envolveu 258 alunos; porém, devido aos altos índices existentes nas escolas situadas na área rural, no ano seguinte, esse programa foi introduzido em vinte e cinco escolas, atendendo 787 alunos. Até o ano de 2000, o programa se encontrava em trinta escolas urbanas e 89 rurais, atendendo um total de 2.556 alunos.

O fato de o município ter obtido resultados positivos durante o período de 1997 a 2000, como apontam os dados estatísticos da SEMED local apresentados no Plano Municipal de Educação – 2004/2013, aprovado sob a Lei nº 17.867/2004 de 03 de novembro de 2004 (PMS, 2004), registrando decréscimos nas taxas de distorção idade/série, que no ano de 1997 era de 50,6%, e, em 2000, caiu para 35,6%. Com isso, o gestor municipal Lira Maia, reeleito (2001-2004), resolveu manter a parceria com o IAS. Assim, em 2001, chega o Programa Escola Campeã, direcionado à gestão educacional e escolar; e o Programa Acelera Brasil. Em 2003, incorpora o Programa Se Liga na rede municipal de ensino; consolidando o que havia sido definido no termo de convênio assinado pelo prefeito em 2001. Mediante essa decisão, o IAS passa a orientar e normatizar a rede municipal de Santarém, igualmente como ocorreu no município de Altamira, porém, com uma diferença: enquanto em Altamira as ações dos programas do IAS foram estendidas a todas as séries do Ensino Fundamental (1ª a 8ª séries), no município de Santarém, o programa foi desenvolvido somente nas séries iniciais.

Essa Parceria que teve continuidade em 2005, quando Maria do Carmo Martins Lima (2005-2008), coligada ao Partido dos Trabalhadores – PT, é eleita e reeleita (2009-2012). Porém, em conjunto com o Programa Rede Vencer, a Prefeitura, por meio da SEMED local, lança o Projeto Escola da Gente, um projeto criado pelo governo municipal que, segundo nos informou o assessor da secretaria de educação, tem o objetivo de “levar às escolas os elementos culturais do nosso município, articulando a aprendizagem com a formação social do aluno”. O Programa Escola da Gente se desdobra em uma série de projetos tendo como



referência a participação dos sujeitos, a valorização da cultura local e a preservação do meio ambiente.

No que tange às taxas de matrículas do ensino fundamental da rede municipal de ensino de Santarém entre os anos de 2007 a 2011, verificam-se pequenas oscilações. Em 2007 foi matriculado um total de 45.271 contra 47.391 observado em 2011. Vale ressaltar que a variação maior se deu no ano de 2007 para 2008, quando se verifica um percentual de 5%, sendo que, na cidade, a variação foi de 14%, tendo sido a única área que apresentou aumento, ainda que mínimo. Ao nos determos nos resultados de aprovação, por considerar esse indicador como a taxa de sucesso que o sistema obteve durante o ano, são perceptíveis pequenos acréscimos no número de alunos aprovados. Se em 2007, foram aprovados 38.910 estudantes (85,7%), em 2011, esse número passou para 42.819, ou seja, 90,4% do total de alunos. Com base nesses dados, a taxa de 95% de aprovação como promessa firmada mediante o Instrumento de Parceria não foi alcançada igualmente como verificada em Altamira, fato que nos leva novamente a questionar a eficiência dos indicadores de sucesso tão enaltecidos pelo IAS como estratégias de superação dos problemas educacionais, que são históricos no Brasil, demandando, portanto, ações para além da utilização de instrumentos quantitativos incapazes de proporcionar novos significados à ação formativa.

Sobre a taxa de reprovação, observa-se um declínio no período analisado. Em 2007, a taxa total foi de 11,6%, no ano de 2011, foi de 8,4%, significando 4.052 alunos retidos (2.084 das escolas da cidade e 1.968 das escolas do campo), embora, nesse mesmo ano, tenha ocorrido um ligeiro aumento nas variações dessa taxa, sendo a maior verificada na Região dos Rios, que registrou 7%, seguida das escolas da cidade, com 3%, enquanto nas escolas localizadas na Região do Planalto ocorreu uma queda de -4%. Entre os anos de 2008 e 2009 registraram-se decréscimos acentuados nas regiões do Planalto e Rios, enquanto nas escolas da cidade houve variação positiva de 6% na taxa de reprovação. Sobre essa taxa, podemos inferir que, embora a taxa de reprovação em Santarém esteja diminuindo, no ano de 2011 um total de 4.052 alunos não conseguiu avançar em seus estudos, um número expressivo de estudantes com insucesso escolar que compromete a democratização do ensino local, como também a vida escolar dessa parcela de alunos.

No que diz respeito à taxa de abandono, observou-se arrefecimento nos últimos cinco anos. Em 2007, a taxa foi de 2,7%, registrando um total de 1.105 alunos que não concluíram as séries cursadas (539 das escolas do Planalto e 396 dos Rios), e em 2011, alcançou 1,2%,



abandono de 520 alunos, sendo que 391 alunos eram das escolas do campo. Ainda que sinalize decréscimos contínuos nesse índice entre 2007 a 2011, no ano de 2009, observou-se um movimento atípico nas escolas situadas no perímetro urbano, com uma variação de 73%, ou seja, um total de 194 alunos abandonou a escola.

Quanto a taxa de distorção idade/série na rede municipal de Santarém, ainda se configura como um desafio, pois, mesmo apresentando declínio nos últimos cinco anos, em 2007, a taxa média foi de 20%, e no ano de 2011, chegou em média, aos 16%. Se considerarmos as variações registradas entre os anos de 2007-2011, percebemos que as taxas referentes às escolas localizadas na cidade, registra queda entre os anos de 2008/2009, quando ocorre uma variação anual de -22,29%; nos demais anos, essas variações foram positivas, o que significa que a taxa anual de distorção aumentou nos dois últimos anos, 4,92% em 2010, e 3,91% em 2011.

As taxas de defasagem no período estudado no município de Santarém indicam que a taxa de 5% na correção da distorção idade/série firmado em contrato pelo IAS com Prefeitura Municipal de Santarém não foi alcançada, igualmente como ocorreu Altamira, evidenciando o insucesso desse Programa e de seus indicadores. Para que essa taxa de 5%, seja alcançada, demanda revisão na proposta e nos instrumentos do Programa de Correção de Fluxo do IAS, bem como em ações mais concretas por parte dos gestores municipais, das SEMEDs e das instituições escolares em ambas as localidades. Além dessas considerações, a incidência da taxa de abandono e de reprovação nas escolas do campo (Planalto e Rios) sinalizam igualmente, para a necessidade de melhorias nas ações interventivas da SEMED e das instituições escolares localizadas no campo no que tange o atendimento às populações tradicionais e povos indígenas dessas localidades, visto que essas escolas e seus usuários precisam ser compreendidos em suas especificidades socioculturais.

### **3. O IDEB E AS DEMAIS POLÍTICAS E PROGRAMAS EDUCACIONAIS: POSSÍVEIS REFERÊNCIAS PARA A QUALIDADE DA EDUCAÇÃO EM ALTAMIRA E SANTARÉM**

Por entendemos que o problema da qualidade da educação é bem mais complexo e exige uma abordagem em sua totalidade, e não somente em seu aspecto quantitativo, percebemos que o IAS, por si só, não consegue garantir o atendimento das metas de melhoria da qualidade da educação propostas por ele mesmo, por apresentar limites em seu próprio



“desempenho”. Com isso, o desafio da melhoria da educação volta-se para os resultados nos exames de larga escala, pois o desafio da educação no momento atual não reside mais em termos de acesso, mas na oferta de um ensino que atenda a padrões mínimos de qualidade. Com isso, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB, é a principal referência para a qualidade da educação, que pondera os resultados do SAEB, da Prova Brasil e dos indicadores de fluxo (promoção, repetência e evasão) captados pelo censo escolar.

Desde 2007, quando o IDEB passou a ser calculado, foram anunciadas quatro edições, referentes aos anos de 2005, 2007, 2009 e 2011. Sobre o resultado do IDEB total das redes municipais de Altamira e Santarém, no primeiro município, nas últimas três edições do IDEB total (2007, 2009 e 2011), foram observados os valores de 4,3; 4,7 e 4,8. Ressalta-se que as metas projetadas foram ultrapassadas em todos os anos. Já para o segundo município, nas últimas três edições do IDEB total, foram registrados os valores de 3,9; 4,2 e 4,3; sendo que no ano de 2011, o valor alcançado ficou abaixo da meta prevista (4,6).

A rede municipal de ensino de Altamira apresenta uma evolução do IDEB muito mais incidente do que em Santarém, embora em ambos os casos, verifique-se tendência linear crescente. Os dados sugerem que Altamira estará muito mais próxima do alcance da meta estabelecida (5,6) em 2013, do que o município de Santarém, com maior meta (5,8), mas com queda em 2011, quando não atingiu a meta estabelecida. No período de 2007 a 2009, o IDEB observado para Altamira cresceu 9,3%, enquanto que o crescimento verificado em Santarém foi de 7,7%. Para o período de 2009 a 2011, a taxa geométrica de crescimento anual para o IDEB observado é de 2,1% para Altamira, mantendo-se no mesmo patamar (4,2) para Santarém.

Pela ótica das metas, espera-se que município de Altamira, no período de 2007 a 2013, em seis anos, o IDEB cresça na ordem de 64,7%, isto é, de 3,4 a 5,6. Por outro lado, verifica-se pela tendência linear dos valores observados que o IDEB em 2013 deverá atingir algo em torno de 5,4. Portanto, abaixo da meta estabelecida, representando um crescimento no período de apenas 25,6%, bem abaixo daqueles 64,7% das metas estabelecidas. Para a rede municipal de ensino de Santarém, espera-se, nesse mesmo período, um crescimento do IDEB na ordem de 61,1%, embora os dados observados já demonstrem que este deve atingir algo em torno de 12,8%. O que se depreende dessas análises acima é que a meta estabelecida para o município de Santarém em 2013 parece inatingível considerando o comportamento recente, embora com valores superiores próximos às metas estabelecidas em 2007 e 2009. Já os valores observados



para o município de Altamira são bem melhores, embora com metas menos ousadas que Santarém, forte fator condicionante para o alcance da meta em 2013.

Em suas reflexões que demarcam o debate sobre o IDEB e suas repercussões na qualidade da educação, Oliveira e Araújo (2005) apontam a necessidade de os resultados de avaliações externas serem incorporados sem que, contudo, se institua como determinismo nas relações entre eles e o trabalho dos docentes, como se estes fossem os únicos responsáveis e capazes de produzir os resultados escolares. Para Freitas (2007), algumas variáveis do IDEB são desconsideradas quando se analisa o IDEB somente a partir dos resultados, pois questões ligadas ao absenteísmo de professores, ao excesso carga horária, ao tipo de gestão escolar praticada, ao número de alunos na sala de aula, dentre outras, comprometem a validação desse indicador, dificultando sua ação interventiva.

Para discutir a qualidade da educação trazemos dados referentes ao apoio financeiro das políticas de assistência financeira da União para os municípios, que ocorre por meio de transferências compulsórias ou voluntárias. Por exemplo, citamos o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais de Educação – FUNDEB, e os repasses concernentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, ao Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar – PNATE e ao Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE, que se constituem como políticas associadas à garantia de acesso e permanência na escola, bem como à de melhoria da qualidade da educação básica. Apresentamos dados referentes a essas políticas e suas respectivas transferências financeiras por entender que as análises sobre esses recursos nos possibilitam desmitificar a crença por parte dos gestores educacionais, da relação entre o Programa Rede Vencer e a evolução dos indicadores que medem a qualidade de ensino nessas municipalidades.

Buscando identificar o montante das despesas por aluno do FUNDEB e sua complementação para os dois municípios, os dados do FUNDEB para Altamira, compreendidos no período de 2007 a 2012, sugerem um expressivo aumento das receitas destinadas às despesas educacionais de 82% além da inflação, passando de R\$ 16.634.559,84 em 2007 para R\$ 24.298.811,13 em 2012. Basicamente, o aumento está associado à variação das receitas de complementação desse Fundo. O crescimento no período observado demonstra uma variação maior no item Outras Despesas, que foi de 217% (em 2007, o repasse foi de R\$ 3.635.873,64 e alcançou o valor de R\$ 14.315.596,22 em 2011), se comparado ao pagamento dos profissionais do magistério, 36% (que em 2007 foi de 15.049.611,53, e no ano de 2011



chegou a R\$ 25.396.654,86). Em relação à média total do valor aluno, esta cresceu no período 79% em termos reais, isto é, os valores monetários cresceram de R\$ 1.040,74 em 2007 para R\$ 2.308,72 em 2011.

Em Santarém, observado o mesmo período, o crescimento na receita foi de 157%, passando de R\$ 29.908.971,97 em 2007 para R\$ 64.695.654,54 em 2012. Com um crescimento para além da inflação no período, o acréscimo das receitas supera o crescimento da Produção Nacional no mesmo período. No que se refere à despesa, a diferença entre o aumento dos gastos com Pagamento dos profissionais do Magistério (em 2007 foi de R\$ 34.191.757,15 e em 2011 totalizou R\$ 77.695.376) e Outras Despesas (R\$ 8.875.379,93 em 2007, e alcançou o valor de R\$ 24.249.068,74 em 2011) é menor, sendo 83% o crescimento das despesas com os profissionais da educação e 120% das demais. Quanto ao valor do gasto com aluno mais do que duplicou em termos reais no período, alcançando 122%. Em termos monetários o gasto por aluno que era de R\$960,31 em 2007, passou para R\$2.292,02 em 2011.

A partir do mapeamento dos recursos das políticas de assistência (PNAE, PNATE e PDDE) para Altamira e Santarém entre os anos de 2007 a 2011, a evolução das transferências ocorreu com algumas oscilações nos aportes de recursos transferidos para as referidas municipalidades. Os dados financeiros apontam transferências consideráveis para o município de Altamira para subsidiar a implementação de ações concernentes aos programas analisados e, embora se verifiquem oscilações nos repasses, todos os programas apresentaram variações positivas no período analisado, com exceção do PDDE Educação Básica, que, devido à insuficiência de informações sobre valores do ano de 2009, não foi possível realizar sua variação no período todo, porém, registrou uma variação de -57% no ano de 2011 em relação ao valor do ano anterior.

Quanto ao PNAE, este apresentou uma variação no período de 9% (em 2007 o repasse foi de R\$ 913.968,00, alcançando em 2011, o total de R\$ 1.242.300,00); o PNATE registrou 66% (R\$ 115.194,45 em 2007 e R\$ 238.097,40 em 2011). Mas foi o PDDE, o programa que mais recebeu recursos, acumulando uma variação positiva de 99% no período estudado, o que implicou na transferência de recursos na ordem de R\$ 271.762,40 em 2007, alcançando em 2011 o aporte de R\$ 672.910,51, em termos monetários. Tal evolução dos recursos desse programa pode ser ocasionada pela parcela suplementar de 50% do valor do repasse, uma vez que boa parte das unidades de ensino da rede municipal de Altamira conseguiu cumprir as





metas intermediárias do IDEB previstas para 2009 e 2011. No Programa PDDE Integral (Mais Educação) também se verificou a variação de 91% (em 2009, o valor do repasse foi R\$ 249.917,30 e no de 2011, foi de 533.272,34), denotando uma maior participação das escolas nesse programa, o que indica a existência de escolas com IDEB baixos nessa municipalidade.

No tocante aos dados referentes ao montante dos recursos transferidos para Santarém, verifica-se um comportamento favorável em alguns programas com repasses robustos, sendo conferidas, no entanto, oscilações nas transferências dos valores. O PNAE, cujo repasse em 2007 foi de R\$ 968,00, em 2011 chegou a R\$ 1.242.300,00, acrescidos os recursos do Mais Educação, representando variação de -5% no período analisado. Os programas PNATE e o PDDE acumularam uma variação positiva de 42% e 47% respectivamente, significando um repasse na ordem R\$ 382.541,76 e R\$ 883.797,80 em 2007, e de R\$ 2.591.934,69 e R\$ 6.011.590,95 no ano de 2011. Porém, foi o PDDE Integral (Mais Educação) que acumulou maior variação, 119% (em 2009 totalizou R\$ 493.466,54, e em 2011 registrou o valor de R\$ 493.466,54), enquanto o PDE sofreu variação de -40% (R\$ 537.500,00 em 2009 e R\$ 360.500,00 em 2011).

Os dados das receitas destinadas aos gastos com educação aqui analisados evidenciam que o crescimento está relacionado com indicadores de qualidade da educação, visto que a melhoria dos indicadores permite às municipalidades uma complementação de receita para os demais programas ligados à educação. Com isso, entendemos que o aumento no repasse dos recursos possibilitou melhorias nas ações educacionais e, conseqüentemente, na qualidade da educação. E, embora reconheçamos as contribuições do IAS na organização e agregação de dados quantitativos da gestão educacional, sem recursos financeiros para a implementação de ações estratégicas para combater os problemas educacionais, eles são inoperantes. Podemos inferir que, se os indicadores de fluxo e desempenho avançaram, isso se deve aos investimentos realizados pelos repasses da União e pelos próprios investimentos dos governos municipais na educação local, aliado a um conjunto de fatores que favoreceram as melhorias observadas.

#### **4. ALGUMAS CONSIDERAÇÕES: QUALIDADE DA EDUCAÇÃO, OLHARES E VOZES: PERSPECTIVAS QUE SE ENTRECruzAM**

Com a intenção de compreender como os dirigentes educacionais, docentes e pais e/ou responsáveis concebem e significam a qualidade da educação, foram elaboradas algumas



questões temáticas para nortear as entrevistas e os debates com o GF realizado com esses atores sociais. De modo geral, suas percepções expressam, assim, uma concepção de qualidade da educação que leva em conta os fatores externos, pois a concepção de qualidade deve considerar fatores externos (socioeconômicos, socioculturais, financiamento público adequado, compromisso dos gestores centrais) e fatores internos. Os docentes apontam para uma compreensão política sobre o tema, pois eles veem nesse debate mais do que a mera relação com resultados quantitativos; veem outros percursos indispensáveis à sua concretude, fugindo, desse modo, do viés estritamente instrumental, que vincula os índices de rendimento e de desempenho como principais referências da qualidade da educação.

Quanto aos posicionamentos das dirigentes educacionais e dos responsáveis pelos programas do IAS em Altamira e Santarém, seus depoimentos evidenciam uma sintonia aos discursos no âmbito da gestão educacional, quando relacionam a qualidade da educação à existência de uma escola preocupada com a aprendizagem e preparação do alunado para o convívio da sociedade; estrutura física adequada; uma educação balizada pelo planejamento em conformidade com as diretrizes e suas bases legais que regem as redes de ensino, mas também, pelo acompanhamento sistemático da política educacional proposta pelo IAS

Em se tratando da percepção dos pais e/ou responsáveis sobre a qualidade da educação e a caracterização de uma boa escola, evidenciaram posicionamentos igualmente preocupados com um conjunto de dimensões evidenciados pelos docentes, dirigentes e técnicos educacionais responsáveis pelo desenvolvimento da educação municipal entrevistados. Segundo esses atores sociais, pensar a qualidade da educação pressupõe articular diferentes aspectos considerados por eles fundamentais para proporcionar aos seus filhos e filhas um ensino de qualidade. Questões como a gestão educacional, formação e valorização do docente e estrutura física das escolas, laboratórios de informática, biblioteca, energia elétrica, participação dos alunos foram apontadas como questões nodais que precisam ser oferecidas pela escola, evidenciando uma visão complexa de qualidade. Essa questões precisam se apresentar como prioridades, pois entendemos qualidade social da educação como uma construção histórica, contextualizada, processual que não se limite a estabelecer sua relação a partir de dados mensuráveis, mas que considerem outras dimensões, tal como proposto por Silva (2009), Dourado e Oliveira (2009), pois, ao contrário do que dizem os dados quantitativos sobre os indicadores de rendimento e desempenho de Altamira e Santarém, os quais apontam avanços significativos, porém, quando se trata de qualificar as condições



materiais, pedagógicas e institucionais da educação pública, a situação se torna bem controversa. Visualiza-se uma situação de precariedade e precarização do ensino e da aprendizagem.

Nessa direção, concordamos com Oliveira e Araújo (2005, p. 17) quando consideram que os indicadores precisam ser discutidos com a sociedade em um movimento amplo, pois a definir os indicadores de qualidade “(...) não é somente técnica, mas também política, ou seja, definir insumos e parâmetros para um ensino de qualidade requer uma análise dos custos, das condições reais, dos objetivos que se almeja e das expectativas sociais em torno do processo de escolarização”.

Em relação aos dados analisados financeiros, é que essas transferências de recursos se revestem em ações que podem contribuir na melhoria da qualidade da educação. Não podemos nos esquecer de que a manutenção e o desenvolvimento do ensino dependem de recursos públicos, o que o IAS não realiza. Vale lembrar que o IAS não investe recursos na educação, não constrói escolas, não paga professores, ele oferece aos gestores ferramentas gerenciais que se limitam a diagnosticar os problemas educacionais e fazer acompanhamento minucioso dos alunos em seu processo de aprendizagem. Se o IAS diagnostica, quem possibilita e assegura a realização de ações concretas para a melhoria da qualidade da educação são os investimentos públicos garantidos constitucionalmente. Assim, asseguramos que o IAS não pode ser reconhecido como o “protagonista máster” das melhorias dos indicadores de rendimentos verificados nas redes de ensino no decorrer de nossas investigações. Não desconsideramos seus méritos quanto à instrumentalização da gestão da educação por meio de estratégias gerenciais, que tem auxiliado os municípios a organizar sua rede de ensino e a monitorar a aprendizagem, mas defendemos que essas medidas técnicas e operacionais não se ocupam de dimensões que não podem ser metricamente apreendida por indicadores de sucesso.

Apesar dos limites do IAS, no que tange a concretização da qualidade da educação, tanto os técnicos como os gestores das Secretarias de Educação, e uma boa parte dos professores, atribuem os sucessos conquistados nos resultados das escolas durante os últimos anos à parceria com o Instituto, mesmo que transpareça uma qualidade cultuada em matrizes de competências e habilidades, que direciona o “treino dos alunos” como estratégias para alcançar resultados nas avaliações de desempenho. Verifica-se, assim, a consolidação de um consenso passivo tanto dos professores quanto da equipe gestora responsáveis pelas decisões



na esfera educacional, fato que demonstra a força dessa organização social não estatal no processo de regulação da educação pública, que submete o conceito de educação à retórica de modernização dos sistemas de ensino tangenciada pelo discurso de pedagogismo pragmatista e tecnocrático, como é o caso do IAS, que reduz a educação a uma perspectiva consubstanciada em uma racionalidade técnica e reificada que nada tem a ver com a qualidade social da educação, mas com uma “qualidade fabricada” em aprendizagens treináveis que ocasionam resultados de desempenho reificados.

Nosso entendimento de qualidade social da educação situa-se em uma perspectiva de campo de disputa política, de território de contestação e de construção. Nessa medida, é imprescindível, pois, “transgredir” essa dimensão técnica proposta pelo Instituto em detrimento à qualidade social da educação. Esta depende de outros fatores de ordem política. Implica a garantia de financiamento, investimento, ou seja, de outros fatores, tanto internos quanto externos, que, de maneira interligada, impactam no processo de ensino e aprendizagem. Pois, pensada nesses termos e no sentido de concluir esta reflexão, a qualidade não só se constrói somente em reordenamento do currículo, em avaliação de resultados, ou em indicadores de sucesso, mas também a partir de um conjunto de políticas públicas referenciadas nos objetivos éticos, sociopolíticos e pedagógicos que, implementadas de forma articulada, oportunizem e assegurem melhores condições sociais, culturais para todos.

## REFERÊNCIAS

ADRIÃO, T.; PERONI, V. (Orgs.). Análise das consequências de parcerias firmadas entre municípios brasileiros e a fundação Ayrton Senna para a oferta educacional. **Relatório CNPq** n. 401434/2008-7. Campinas: UNICAMP, 2011.

ADRIÃO, T.; PERONI, V. Público não-estatal: estratégias para o setor educacional brasileiro. In: ADRIÃO, T.; PERONI, V. (Org.). **O público e o privado na educação**: novos elementos para o debate. São Paulo: Xamã, 2007.

BALL, Stephen J. A performatividade, privatização e o pós-estado do bem-estar. **Educação e Sociedade**. Campinas, v. 25, n. 89, p. 1105-1126, set./dez. 2004. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>.

BRESSER PEREIRA, L.C. Uma reforma gerencial da administração pública no Brasil. In: PETRUCCI, V.; SCHWARZ, L. **Administração pública gerencial**: a reforma de 1995. Brasília: Editora da Universidade de Brasília/ENAP, 1999.



CABRAL NETO, Antonio. Gerencialismo e gestão educacional: cenários, princípios e estratégias. In: FRANÇA, Magna, BEZERRA, Maura Costa (Orgs.). **Política educacional: gestão e qualidade do ensino**. Brasília: Líber Livro, 2009.]

CHIZZOTTI, A. Currículo por Competência: ascensão de um novo paradigma curricular. **Educação e Filosofia**, Uberlândia, v. 26, n. 52, p. 429-448, jul.- dez. 2012.

COLARES. Maria Lília Imbiriba Sousa. **As Políticas Educacionais da Secretaria Municipal de Santarém (1989-2002)**, 2005. Tese (Doutorado) - Universidade Estadual Campinas. Campinas, SP: UNICAMP, 2005.

DI PIERRO, Maria Clara. Descentralização, focalização e parceria: uma análise das tendências nas políticas públicas de educação de jovens e adultos. **Educ. Pesqui.** [online]. v.27, n.2, p. 321-337, 2001. ISSN 1517-9702.

DOURADO, Luiz Fernandes; OLIVEIRA, João Ferreira. A qualidade da educação: perspectivas e desafios. **Cadernos Cedes**, Campinas v. 29, n. 78, p. 201-215, mai.- ago. 2009.

FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Demonstrativo Fundef/Fundeb**. Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/siope/demonstrativoFundefMunicipal.do>. Acesso em 13 abr. 2013

FREITAS, L. C. Eliminação adiada: o ocaso das classes populares no interior da escola e a ocultação da (má) qualidade do ensino. **Educação e Sociedade**, Campinas, v.28, n.100, p.956-987, out. de 2007.[edição especial].

GENTILI, P. **A falsificação do consenso**: simulacro e imposição na reforma educacional do Neoliberalismo. 2 ed. Vozes: Petrópolis, 2001.

INSTITUTO AYRTON SENNA.

Disponível em <<http://senna.globocom/institutoayrtonsenna>>.

MILÉO, Irlanda do Socorro de Oliveira. **Poder local e a gestão municipal no contexto de Altamira-Pará**. Belém, 2007. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGED, Universidade Federal do Pará, 2007.

OLIVEIRA, Romualdo Portela de; ARAUJO, Gilda Cardoso de. Qualidade do ensino: uma nova dimensão da luta pelo direito à educação. **Revista Brasileira de Educação**, n.28, jan.-mar.2005.

SANTARÉM. **Plano Municipal de Educação –2004/2013**. Santarém, PA, 2004.

SANTOS, Terezinha F. A. Monteiro; GUTIERRES, Dalva Valente Guimarães. O Gestão Nota 10 em Altamira/PA. In: ADRIÃO, T.; PERONI, V. (Orgs.). Análise das consequências de parcerias firmadas entre municípios brasileiros e a fundação Ayrton Senna para a oferta educacional. **Relatório CNPq n. 401434/2008-7**. Campinas: UNICAMP, 2011.



XI Encontro de Pesquisadores do Programa de Pós-Graduação em Educação: Currículo

## Currículo: tempos, espaços e contextos

29 e 30 de outubro de 2013



SILVA, Maria Abádia da. Qualidade Social da Educação Pública: algumas aproximações. **Cad. Cedes**, Campinas, v. 29, n. 78, p. 216-226, mai.- ago. 2009. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em: 20 abr. 2010.

STN – Secretaria do Tesouro Nacional. Estados e municípios. Transferências constitucionais. Disponível em: [http://www3.tesouro.fazenda.gov.br/estados\\_municipios/transferencias\\_constitucionais.asp](http://www3.tesouro.fazenda.gov.br/estados_municipios/transferencias_constitucionais.asp). Acesso em: 13 abr. 2013.